
ATA Nº 5

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE

26 DE AGOSTO DE 2021

----- Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, pelas dez horas e dez minutos, reuniu a Assembleia Municipal da Praia da Vitória, na Academia da Juventude e das Artes da Ilha Terceira, em **Sessão Extraordinária**, que havia sido agendada para o passado dia vinte e nove de julho e que, entretanto, e por força da evolução da situação epidemiológica relativa à pandemia de Covid-19, fora adiada. -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros:-----

----- Paulo Manuel Ávila Messias – PS, Francisco Alberto de Lima Ourique - PS em substituição de Luís Miguel Vieira Leal – PS, Maria de Fátima Pimentel Alves Homem – PS, Hélder Francisco da Silva Pereira – PS em substituição de Isménia Carvalho Landeiro Alves - PS, Elmano Manuel Vieira Nunes - PS, Válder Manuel Linhares Peres – PS, José Adriano Meneses Laranjo – PS, Nivalda de Fátima Meneses Bettencourt – PS, José Manuel de Aguiar Paim – PS, Daniela Filipa Arruda Medeiros – PS em substituição de Bruno João Branco Ávila Messias – PS, Eulália Ferreira Toste Leal – PS, Manuel Hildeberto Diniz Pires – PS, Paulo Rui Mendes Homem – PSD, Bruno César Félix Nogueira – PSD, Graça das Mercês da Silva Brum Pereira em substituição de Cláudia Filipa Gomes Silva – PSD, Francisco Leonel Mendes Simões Ávila – PSD, Paulo Manuel Martins Luís – PSD, Sandra Isabel Ávila Galvão – PSD, Nuno Graciliano de Almeida Cabral – PSD, Joana Filipa Morais Ribeiro– PSD, Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto – CDS-PP, Hélio Adriano de Melo Rocha – Junta de Freguesia da Agualva, Luís Carlos Duarte Vieira – Junta de Freguesia dos Biscoitos, Mónica Andreia Simões Brum – Junta de Freguesia do Cabo da Praia, Júlia Martinha Martins Borges Faria - Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo, Paulo Rui Pacheco de Sousa – Junta de Freguesia das Fontinhas, César Leandro da Costa Toste – Junta de Freguesia da Vila das Lajes, Maura Filipa Pereira Branco – Junta de Freguesia do Porto Martins, Bruno Narciso Meneses Lopes – Junta de Freguesia das Quatro Ribeiras, António Manuel Mendonça Borges – Junta de Freguesia de Santa Cruz, Marco Aurélio Ferreira Toste – Junta de Freguesia de São Brás e Vasco Miguel Valadão de Lima - Junta de Freguesia da Vila Nova. -----

----- Verificou-se a ausência dos seguintes membros:-----

----- Luís Miguel Vieira Leal – PS, Isménia Carvalho Landeiro Alves – PS, Bruno João Branco Ávila Messias – PS, Cláudia Filipa Gomes Silva – PSD, Fábio Manuel Ávila Valadão – PS, e Eduarda Maria Bettencourt Pires – PS. -----

----- Para além do Sr. Presidente da Câmara Municipal, participaram na sessão os seguintes Vereadores: -----

----- Carlos Armando Ormonde da Costa, Tiago Lúcio Borges de Meneses Ormonde, Rui Fernandes Nobre de Castro, Cláudia Fagundes Martins e Tiago Manuel da Silva Borges, em substituição de Rui Miguel Mendes Espínola. -----

----- Participou a sua falta à reunião, nos termos do número três do artigo quarenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, o seguinte membro da Câmara Municipal: -----

----- Raquel Lemos Borges. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. ANÁLISE POLÍTICA DA REVOGAÇÃO DOS DESPACHOS I-CMPV/2017/1856 DE 23 DE OUTUBRO DE 2017 E I-CMPV/2018/1269 DE 24 DE SETEMBRO DE 2018. -----

----- Este ponto foi apresentado em simultâneo com o seguinte. -----

2. ANÁLISE POLÍTICA DA REVOGAÇÃO DA PROPOSTA I-CMPV/2017/1855 DE 23 DE OUTUBRO DE 2017 "DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DAS CÂMARA MUNICIPAL NO SR. PRESIDENTE" -----

----- O Deputado Paulo Luís usou da palavra e disse que esta sessão extraordinária da Assembleia Municipal solicitada pelo PSD e CDS tinha como objetivo debater, analisar e perceber o que se passou no passado dia doze de julho em reunião de Câmara do executivo municipal. Salientou a importância de se perceber a situação onde é necessária uma explicação a todos os praienses, e onde, independente dos presentes nessa reunião, o que estava em causa eram os procedimentos, nomeadamente o que foi discutido e aprovado nessa reunião. Adiantou que o sucedido nessa mesma reunião era uma das situações mais tristes que a Praia da Vitória teve desde o vinte e cinco de abril, onde foram retirados poderes a Vereadores e onde um Presidente de Câmara abdica das suas competências com a justificação de uma alteração de política no Concelho. Questionou também o Presidente da Câmara sobre qual foi a alteração política que acontecera para que fossem retiradas as competências aos Vereadores e abdicado das suas, afirmando que não se lembra de uma alteração política que leve a que se retire e abdique de poderes ao executivo camarário, a não ser que esta alteração política venha do PS, sendo que, caso esta se confirme, nunca deveria influenciar esta Câmara Municipal, sobretudo por respeito aos funcionários. Salienta que essas desavenças nunca poderiam ser justificação para este procedimento. Referiu ainda que no passado, afirmou que este executivo camarário esteve à altura na resposta aos efeitos da pandemia, mas que tal não aconteceu no dia doze de junho de dois mil e vinte e um, onde se revelaram incapazes de governar e de garantir o funcionamento da Câmara Municipal da Praia da Vitória. Abordou também as consequências negativas que esta

decisão iria ter, questionando os Vereadores do PS sobre quais seriam as suas funções atualmente, e até ao final do seu mandato na Câmara Municipal, onde o que tem assistido é que foram delegadas estas competências aos Chefes de Divisão da Câmara Municipal da Praia da Vitória. Perguntou também qual era a confiança institucional que o Presidente da Câmara tinha nos seus Vereadores, quando inicialmente lhes foram dadas competências, mas que agora foram retiradas. Disse ainda que se esta situação se tratava de uma questão de competência profissional, o Presidente da Câmara deveria ser transparente perante os seus munícipes. Adiantou ainda que após a retirada destas competências, os Vereadores alegaram que não havia um projeto conciso para a Praia da Vitória, o que lhe faz concluir que afinal nunca houve um projeto futuro para a Praia da Vitória, e onde durante quatro anos andaram a iludir esta Assembleia Municipal e todos os praienses.

----- **O Presidente da Câmara** usou da palavra e fez um esclarecimento sobre se estavam a debater o ponto um e dois ao mesmo tempo.

----- **O Presidente da Mesa** respondeu que, tal como o Deputado Paulo Luís referiu, ambos os pontos estavam a ser discutidos.

----- **O Presidente da Câmara** usou da palavra e esclareceu que o que aconteceu em reunião de Câmara não corresponde totalmente ao que o Deputado Paulo Luís apresentou. Explicou que não abdicou totalmente das suas competências, na medida em que as competências que são do Presidente da Câmara são invioláveis e inerentes à sua função do início ao fim do mandato. Respondeu ao Deputado Paulo Luís que a delegação de competências é um ato pessoal do Presidente da Câmara que delega em quem tem confiança pessoal e política, e caso não haja essa confiança política e pessoal cabe-lhe a ele retirar estas competências e entendeu que essa confiança deveria estar nos Chefes de Divisão conforme prevê a lei das autarquias, sendo esta uma medida para garantir o bom funcionamento da Câmara Municipal, contrariando a intervenção do Deputado Paulo Luís sobre este assunto, onde nada parou na Câmara Municipal da Praia da Vitória. Quanto à questão do abdicar das suas competências, afirma que as competências que o órgão colegial da Câmara Municipal tinha delegado na sua pessoa, onde essas foram devolvidas à Câmara Municipal, e crê que isto não será problema para o PSD porque no início do mandato o PSD não foi a favor dessa delegação de competências na sua pessoa, o que lhe faz entender que durante estes três anos foi capaz de ganhar a confiança do PSD em deter essas competências. Pela mesma razão, se admite não ter confiança política para delegar, com humildade reconhece que o órgão colegial Câmara Municipal da Praia da Vitória, não ia estar a autorizar e assinar matérias da Câmara Municipal para depois a Câmara Municipal vir revogar ou alterar as suas decisões, onde só muda quem assina. Deu o exemplo das aquisições de terrenos agora vão a reunião de Câmara para deliberação, onde tudo está a funcionar de forma normal sem lesar o funcionamento da Câmara Municipal. Afirma que este ato de delegação de competências é um ato pessoal, pelo que esta Assembleia Municipal foi convocada para discutir esta situação, em que se não existir confiança pessoal e política nas pessoas devem-lhes ser retiradas estas competências, consoante a sua avaliação pessoal sendo o responsável político e cívico sobre as suas decisões. Afirma que a

Câmara Municipal não está em gestão, mas sim na plenitude das suas funções, comprovando-se a competência do excelente corpo técnico que a Câmara Municipal tem, não sendo esta uma novidade no poder local, conforme prevê a lei das autarquias. --

----- **O Deputado Válder Peres** usou da palavra e disse que quando alguém aborda a questão da autocracia e onde durante estes quatro anos foram utilizados vários termos que tinha vindo a explicar a sua semântica e valor onde estes não deveriam ser utilizados de forma leviana, onde foi dito o nome do Deputado Válder Peres em conjunto com o termo da autocracia, sendo acusado de fazer parte de um poder absolutista. Afirmou que lhe é merecido um pedido de desculpas porque várias pessoas foram ofendidas, até porque, em termos de autocracia, afirmou que houve várias propostas do PS que foram votadas contra pelo PSD, inclusive propostas que resolveram problemas a muita gente. Como representante da bancada do PS, disse que a intervenção do Deputado Paulo Luís ofendeu a sua bancada e ligou-o a um termo, o que não deveria ser feito. Disse que, ao contrário da retórica do PSD, o PS entende que a Câmara Municipal da Praia da Vitória tem um excelente e competente grupo de funcionários, onde há confiança neste grupo municipal para deter estas competências. Ressalvou ainda que foi dito pela bancada do PSD que estiveram bem na gestão da pandemia, questionando porque é que não foi dito mais cedo, até porque quando foi proposto um aumento de apoios e do número de funcionários nas creches e ATL o PSD votou contra, sendo o avançar destas propostas símbolo de uma boa atuação do PS. -----

----- **O Deputado Francisco Ávila** interveio e disse entender a vontade do PS em querer desviar as atenções do que está aqui a ser discutido, ressaltando que a avaliação do PSD só compete aos munícipes da Praia da Vitória, devendo o PS não se preocupar com este assunto. Disse entender a vontade do PS em normalizar esta situação anormal relativa aos Vereadores, sendo este o maior motivo para a convocatória desta Assembleia Municipal. Relativamente à justificação do Presidente da Câmara, disse que pelos vistos o PSD tinha razão quando não lhe reconhecia a delegação de competências que assumiu no início do mandato, sendo que esta atual situação preocupa os munícipes. Considera ainda que o argumento da bancada do PS em afirmar que a atual situação deve agradecer os Vereadores do PSD que desde o início do mandato não aceitavam que estas competências tivessem sido era uma tentativa de inverter a situação, assim como a tentativa de normalização da situação atual da Câmara Municipal, em que normalmente tinha três Vereadores com competências e um Presidente da Câmara e agora tem um Presidente e os Chefes de Divisão, dizendo ainda que não foi para isso que foram feitas eleições. Relativamente ao motivo desta Assembleia Municipal, afirmou que o Presidente não respondeu ao que lhe foi questionado, ao invés disso utilizou o argumento da escolha com base apenas na confiança pessoal e política. Perguntou ainda se o Presidente da Câmara iria dar palavra aos Vereadores presentes para apresentarem a sua versão dos factos.-----

----- **O Presidente da Câmara** respondeu ao Deputado Francisco Ávila disse que estava a centralizar esta sessão da Assembleia Municipal no objeto de discussão, onde quem estava a extravasar os pontos em análise era o PSD. Quanto à normalização da situação, disse que politicamente o debate poderia ter várias interpretações, mas que

seria totalmente diferente ao centralizar-se esse debate. Afirmou que após as eleições o Presidente de Câmara tem um conjunto de competências próprias que pode ou não delegar, onde o que se quer colocar como obrigatoriedade é sempre uma faculdade, dando nota do caso da Praia da Vitória em que só pode delegar em dois Vereadores a tempo inteiro e em que o terceiro é votado, como tem sido todos os anos. Defende que esta delegação é sempre uma escolha pessoal do Presidente de Câmara, onde para haver uma delegação de competências é sempre indispensável confiança política e pessoal na pessoa em questão, e onde no final a entidade que as recebe tem que prestar contas, bem como a que delega. Salientou que o âmago da questão será sempre a questão da confiança política e pessoal e não como o PSD pretende extravasar, independentemente dos interesses políticos e partidárias dessa bancada. Quanto à questão de delegar nos Chefes de Divisão, admite não ser hábito na Praia da Vitória, argumentando que há Câmara Municipais onde isto acontece. Quanto ao segundo ponto da ordem de trabalhos da Assembleia Municipal, deu o exemplo da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo que geriu todo o mandato sem delegação de competências no Presidente de Câmara, na altura por iniciativa do PSD e do CDS, cujo modelo funcionou. Salienta que esta é uma faculdade sua, cuja proposta foi aprovada por maioria com a sua assinatura, garantindo-se o estrito funcionamento da Câmara Municipal da Praia da Vitória com a plenitude dos poderes onde só muda o órgão que assina e procede aos atos administrativos, entrando em gestão apenas a vinte e seis de setembro. Salienta que nunca teve o objetivo de centrar em si estas competências, onde o ideal sempre foi devolver as competências à Câmara Municipal, onde todos os atos administrativos estão a correr de forma normal.-----

----- **O Deputado José Laranjo** interveio e abordou a questão da força das palavras utilizadas em debate, onde não esquece que o Deputado Paulo Luís o apelidou de mentiroso, mas que agora nomeou várias pessoas que, no entender do Deputado Paulo Luís, estiveram ligadas a uma autocracia. Salientou que todos ali presentes foram eleitos com a mesma legitimidade e que todos têm a liberdade de pensar da forma que quiserem. Fez referência a uma intervenção da bancada do PSD que afirmava que os praienses tinham medo das eleições porque eram ameaçados, mas que agora é dito pelo Francisco Ávila que “se aproximam umas eleições livres”, mas que estas sempre foram livres desde mil novecentos e oitenta e quatro. Disse que concordava com o Deputado Francisco Ávila num aspeto, o do facto de todos os praienses poderem decidir o futuro da Praia da Vitória. Salientou ainda que o Presidente da Câmara nunca disse que esta era uma situação normal, mas sim de força maior, apresentando os seus motivos. Quanto à questão da falta de projeto, o que o Deputado Paulo Luís entende como falta de projeto para o presente, é aquilo que o Deputado José Laranjo entende como falta de projeto para o futuro. Referiu ainda que na última Assembleia o Deputado Paulo Luís elogiou o executivo camarário pela sua atuação, mas que também se deveria fazer um elogio sobre a ação da Câmara Municipal sobre o Bairro das Pedreiras, do Prolongamento da Marginal, onde o que foi feito está visto, apesar de não haver tantas obras de betão como o PSD gostava. Disse ainda que, ao contrário do que a bancada do PSD afirma, para o PS não há praienses de primeira e de segunda. -----

----- **O Deputado Paulo Luís** salientou que as vezes em que apontou o dedo foi feito para o Vereador Tiago Ormonde sobre a questão da autocracia e da falta de projeto, porque foi o próprio Vereador Tiago Ormonde que utilizou estes termos. Em relação aos pontos da ordem de trabalhos, disse que estão perante uma situação em que o Presidente da Câmara disse não abdicar os poderes, no entanto acabou por reconhecer que eram atos da sua competência que abdicou, tais como a compra de terrenos e aprovações de projetos de arquitetura, cujas questões passaram para reuniões de Câmara em vez de estar nos Vereadores. Afirmou ainda que o PSD não votou contra a delegação de competências neste mandato, mas sim absteve-se. Disse ainda que o que salva a situação é o excelente corpo técnico do grupo municipal, mas que, no entanto, não foi para isso que o Presidente da Câmara tinha sido eleito, onde o primeiro ato que tiveram foi esta delegação de competências no Presidente da Câmara e Vereadores, mas que no final acabaram encarregues nos Chefes de Divisão. Defende que foram eleitos para implementar o seu projeto, e que esta questão da delegação de competências revela que este executivo camarário abdicou de gerir a Câmara Municipal da Praia da Vitória. Sublinha ainda que, apesar de haver esta abdicação, o poder não cai no vazio, mas faz com que atuação da Câmara Municipal abrande. Disse ainda que a sua pergunta sobre qual a alteração política sucedida não foi respondida. Quanto à questão da falta de confiança pessoal e política, dirigiu-se aos Vereadores Carlos Armando Costa e Vereador Tiago Ormonde e pediu que estes o esclarecessem sobre o que estavam a fazer na vereação da Câmara Municipal, se se sentiam confortáveis com a falta de confiança política e pessoal e, caso o Presidente da Câmara autorizasse a usarem da palavra, se podiam esclarecer politicamente a situação. -----

----- **O Deputado Válter Peres** interveio para dizer que o Presidente da Câmara já teria respondido às questões que surgiram no debate, no entanto, valorizou o bom funcionamento da Câmara Municipal após esta nova situação, sublinhando que avaliam a ação da Câmara Municipal como muito positiva. Afirmou ainda que deveria ficar registado que o Deputado Paulo Luís apontou durante cerca de dez minutos seguidos e que foi o Deputado Paulo Luís que associou o seu nome à questão da autocracia. Quanto à questão da falta de projeto político, disse não haver dúvidas de que o legado deixado é bom onde ninguém foi deixado para trás, apesar de várias discordâncias políticas por parte da oposição. Salienta que terminam o mandato com um bom trabalho, tal como o PS e o PSD já o reconheceram. -----

----- **O Presidente da Câmara** interveio e corrigiu o Deputado Paulo Luís sobre a questão da aquisição de terrenos e projetos de arquitetura, afirmando que esta sempre foi uma competência da Câmara Municipal que pode ser delegada, onde as competências inerentes ao Presidente da Câmara serão sempre dele, tal como prevê a lei. Quanto ao ato pessoal de delegação, defende que esta será sempre uma faculdade do Presidente de Câmara apesar de quererem levar para uma análise política. Quanto à delegação de competências, sublinha que o que disse foi que o PSD nunca foi a favor, ou seja, que não tinha votado a favor e que no fim estava contra, o que no final de contas denotava uma evolução da sua posição. Quanto à questão do projeto político, disse estar tudo em documentos provisionais da Câmara Municipal e,

independentemente dos gostos, continuava tudo a avançar no mesmo sentido do planeamento e do projeto, onde só se altera quem assina. Deu o exemplo da asfaltagem do Vale Farto onde quem assina em vez do Vereador é o Chefe de Divisão. Salienta que a iniciativa dos projetos é sempre do Presidente de Câmara para irem a reunião de Câmara sendo depois deliberadas e votadas as decisões, havendo sempre um exercício dos poderes de todas as partes. Salienta que a Câmara Municipal continua com toda a capacidade de resposta e naquele que é o serviço aos praienses. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra disse que chegados a este ponto, já perceberam que o Presidente da Câmara não iria revelar quais foram as alterações políticas que levaram a esta decisão e que se percebe que houve uma perda total de confiança, sem que hajam mais explicações. Disse ainda que se percebe pelas palavras do Deputado Válder Peres que era desnecessário votar no PS porque a Câmara Municipal tem um quadro de pessoal vasto e competente, sendo desnecessário Vereadores, onde a gestão diária do dia-a-dia da Câmara Municipal estará sempre assegurada a nível administrativa. Disse que era bom saber que depois de doze de julho a Câmara Municipal não parou, o que lhe faz chegar à conclusão de que os Vereadores do PS durante estes quatro anos não estiveram lá a fazer nada, sendo dispensável a sua presença para assinar papéis porque os funcionários eram suficientemente capazes de o fazer. Salienta que o CDS reconhece a excelente qualidade dos serviços municipais da Câmara Municipal. Disse ao Deputado Válder Peres que isto não era graçola, mas sim triste verem-se confrontados com esta situação. Sobre a análise política da situação, sublinhou que para o CDS era irrelevante as desavenças internas do PS, e que compreendia que perante o cenário político regional já não se vislumbrar a certeza de que o PS iria ganhar à vontade as eleições e que daí aconteçam desavenças internas para ver quem consegue disputar as eleições e manter o poder socialista na Praia da Vitória. Disse que esta trapalhada em que o PS se mergulhou tem uma consequência na gestão na Câmara Municipal da Praia o que faz com que seja legítimo a esta Assembleia Municipal questionar o que é que aconteceu para que no dia doze de junho deixasse de haver confiança política, sem colocar em causa a pessoal sendo que esta não deve ser convocada para explicar esta retirada de competências. Sublinha que esta delegação de competências deve ser feita consoante vários critérios, sendo que há quatro anos atrás, fossem estes critérios quais fossem, deixaram de existir. -----

----- **O Deputado Francisco Ávila** interveio para esclarecer que quando falou em “eleições livres”, esta expressão veio no seguimento das intervenções do Deputado Válder Peres quando demonstraram preocupação, artificial ou não, da avaliação feita pela bancada do PSD pelos munícipes da Praia da Vitória a vinte e seis de setembro. Quanto à questão das obras feitas, disse ser curioso que o Deputado José Laranjo neste mandato não se preocupar com este tema, mas aquando de mandatos anteriores, o PS anunciava o maior orçamento e investimento feito na Praia da Vitória, mas que agora esta preocupação desapareceu o que lhe faz entender de que há uma incoerência no discurso do Deputado José Laranjo. Dirigiu-se ao Presidente da Câmara, para dizer que concorda com o Deputado Pedro Pinto quando é dito que não iriam obter explicação sobre a retirada de competências, faltando responder se irá dar a palavra aos Vereadores

para perceberem se existem outras versões para se elucidar sobre esta situação. Esclareceu que quando é feita a referência à falta de projeto político disse que esta não foi feita pelo PSD, mas sim pelos Vereadores do PS, cabendo apenas ao PSD questionar o porquê desta situação. -----

----- **O Deputado César Toste** usou da palavra e elogiou, em nome do PSD, os funcionários da Câmara Municipal. Considerou também que o que o elenco camarário do PS fez depois do dia doze do mês de junho era uma irresponsabilidade para com os praienses, onde há responsabilidades políticas que não se podem, simplesmente, colocar nos Chefes de Divisão. Considerou que a justificação política do Presidente da Câmara para esta situação era grave e desrespeitosa para os praienses, exigindo que, humildemente, dê a palavra aos Vereadores para que eles se possam defender, ainda para mais quando no início acusou o PSD de votar contra a delegação de competências. Perguntou também o que é que os praienses e ainda o próprio PS pensavam sobre esta situação, inclusive sendo admitido pelo Deputado José Laranjo que é uma situação grave. Perguntou ao Presidente da Câmara se as obras anunciadas durante a Presidência Aberta se iriam todas avançar. Considerou grave o facto de o PS ter afirmado que não há praienses de primeira e de segunda, no entanto, aprovam-se cento e setenta e cinco mil euros para a Praia Ambiente fazer a limpeza da Cruz à Boavista, enquanto que houve sessenta e quatro mil euros para se dividir entre as Juntas de Freguesia, ainda para mais com colegas a votar contra estas propostas. -----

----- **O Presidente de Câmara** dirigiu-se ao Deputado Pedro Pinto e disse-lhe que o que no início do mandato o que leva um Presidente de Câmara a despachar a delegação de competências a favor dos Vereadores é a existência de confiança pessoal para delegar os atos administrativos, funções e assuntos e confiança política para implementar o projeto político. Disse também que lhe parece que muitos dos presentes querem discutir assuntos que não dizem respeito aos pontos da ordem de trabalhos, sendo a delegação de competências um tema puramente administrativo. Quanto à responsabilidade sinalizada pelo Deputado César Toste, disse que o que o foi dito por ele foram problemas disciplinares ou criminais e que não era isso que estava em causa, mas sim uma questão de confiança política. Quanto à discussão do funcionamento da Câmara Municipal, afirma que a Câmara Municipal continua a ter sete Vereadores eleitos no executivo camarário onde as competências continuam a existir e, neste sentido, ninguém foi demitido, tendo o seu efetivo continuado inalterado. Quanto à questão da humildade, que foi igualmente tentada inculcar essa responsabilidade na sua pessoa pelos Deputados Paulo Luís e Francisco Ávila, a qual não aceita e convida-os a ler a lei, salientando que quem responde pela Câmara Municipal é o Presidente da Câmara e se algum dos Vereadores solicitar a palavra o Presidente de Câmara pode anuir, não havendo até ao momento alguém pedido a palavra. Sublinha que também é possível pedirem a palavra ao Presidente da Mesa através da solicitação do plenário, conforme prevê lei, frisando que não aceita essas “lições de humildade”. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra e disse que, conforme foi dito pelo Presidente da Câmara, a delegação de competências é um mero ato administrativo que para ser executado pelos Vereadores carece de confiança pessoal e política, mas que

para ser executada por Chefes de Divisão não carece desta confiança, ou então o Presidente de Câmara confia mais nos Chefes de Divisão do que nos Vereadores que o acompanharam na sua lista aquando das últimas eleições. Disse que o que se pode perceber é isto ou então, por palavras do Presidente de Câmara, ninguém se demitiu, o que se pode inferir que os Vereadores, que já não são de confiança e estão agarrados ao poder, e a que poder, até porque não assinam papéis de expediente administrativo no âmbito das competências, carecendo isto de uma resposta.-----

----- **O Deputado Paulo Luís** leu uma passagem: “Esta decisão, infeliz e lamentável, terá efeitos na gestão e no funcionamento do Município, prejudicando essencialmente os cidadãos praienses e os colaboradores do grupo municipal”, sendo estas palavras do Vereador Carlos Armando, Tiago Ormonde e Raquel Borges. Reiterou que estes Vereadores conhecem o funcionamento da Câmara e publicamente disseram que o ato do dia doze de julho prejudica o Município e o grupo Municipal. Dirigiu-se aos Deputados Válder Peres e José Laranjo e afirmou que no mesmo comunicado refere que foi um ato totalitário e de forma autocrata, onde se quem trabalhou nos últimos três anos e meio e conhece bem a Câmara Municipal e que quem afirma que este prejudica os praienses através de formas autocratas são as mesmas pessoas que a bancada do PS andou a defender, mas que agora esta bancada age como se já não tivessem nada a ver com assunto e nem sequer mencionam o nome dos Vereadores. Afirma que na explicitação pública do Presidente da Câmara é dito que a situação política alterou e onde em nunca é referido que a sua confiança pessoal se tinha alterado, exigindo que se explicita e que se ouçam todas as partes. Considerou ainda crucial que os Vereadores do PS e PSD tenham a palavra para que se explique o que realmente se passou. -----

----- **O Deputado Válder Peres** usou da palavra e dirigiu-se ao Deputado Paulo Luís, dizendo que é referido “alguém” porque o Deputado Paulo Luís nunca tinha dito um nome e que não tinha atos de adivinhação e que o mesmo deputado apenas se tinha limitado a apontar. Adiantou ainda que nunca tinham dado respaldo e dado aso a intrigas políticas e que a bancada do PSD se tinha aproveitado de várias situações para fazer suposições e criticar elementos da bancada do PS e Presidentes de Junta eleitos pelo PSD. Sublinhou que sempre defenderam o legado deixado pelo PS e Câmara Municipal, apesar de ter havido opiniões diferentes, sem deixar ninguém para trás. Dirigiu-se ao Deputado César Toste dizendo-lhe que nem tudo é verdade o que se diz, nomeadamente que não foram dez por cento mas sim trinta e três por cento o apoio às Juntas de Freguesia, onde ao longo de quatro anos como iam trabalhando não podiam responder a tudo, restando apenas saber se alguém tinha feito mais trinta e três por cento do que nos últimos quatro anos. Respondeu ao Deputado Francisco Ávila, reiterando que ninguém falou em ilegitimidade para a convocação desta Assembleia Municipal. Salaria que foi dito pela bancada do PSD que discordavam com aqueles que diziam que não havia projeto político. Respondeu ao Deputado Pedro Pinto que apesar de afirmar de que não eram precisos os Vereadores, e apesar da excelência dos colaboradores do grupo municipal, houve um bom trabalho feito que permitiu que a Câmara Municipal continuasse a trabalhar, ao contrário da semântica utilizada pelo

Deputado Francisco Ávila significar o inverso. Sublinha que faz todo o sentido votar no PS e nas equipas que apresentam porque o legado é bom.-----

----- **O Vereador Tiago Ormonde** usou da palavra e disse ao Deputado Paulo Luís que o havia poupado nas palavras ao ler aquela passagem, porque ainda hoje se mantém tudo aquilo que disse, sendo esta uma atitude isolada e um despacho tomado politicamente e que prejudica a Câmara Municipal, isto sem menosprezar os Chefes de Divisão. Disse ainda que é natural que os Chefes de Divisão não se sintam legitimados para tomar decisões em certas situações, tendo em conta os votos dos praienses nas últimas eleições, daí que exista um executivo camarário que trabalha de forma a que as coisas fluam. Quanto à questão do que é que os Vereadores estavam a fazer, respondeu ao Deputado Paulo Luís que estão, efetivamente, sem poderes, mas que continuam a ir a Reuniões de Câmara e a honrar o voto dos praienses sem que em momento algum pensasse em se demitir. Referiu ainda que não é possível que se abduque do vencimento, mas que, no entanto, iriam doar esse vencimento a instituições de solidariedade social da Praia da Vitória, salientando que não faz sentido auferirem desse vencimento sem exercer, sendo também este um gesto de transparência. Disse ter colocado também férias como Vereador, mas que continua a ser Presidente do Conselho da Administração da Praia Ambiente, assinando todos os documentos e garantindo que os colaboradores auferem o seu respetivo vencimento. Salienta ainda que lamenta que se possa fazer algum aproveitamento desta situação lamentável e negativamente histórica, deixando também um lamento para com os praienses.-----

----- **O Vice-Presidente da Câmara, Carlos Armando Costa** acrescentou que este problema teve origem numa divergência de opinião que não tem nada a ver com os funcionários da Câmara ou dos Vereadores, mas sim com uma questão pessoal que foi transportada para o interior da Câmara Municipal e que até hoje ainda não conseguiu perceber o porquê desta situação ter acontecido. Adiantou ainda que continua a trabalhar todos os dias, ainda para mais sendo o Presidente da Cooperativa Praia Cultural, e que continua a apoiar todas as pessoas que têm assuntos para resolver com a Câmara Municipal, nunca se desresponsabilizando. Salienta que já está há vinte anos na Câmara Municipal e que as soluções que tem para os munícipes são para se implementar, sendo de igual importância fazê-las entender de que há situações impossíveis, mas que no fundo o importante é canalizar as pessoas para os serviços competentes. Sublinha que irá continuar a exercer as suas funções mesmo sem assinar e que como bom conhecedor dos corredores da Câmara Municipal iria continuar a desenvolver as suas funções até ao último dia.-----

----- **O Presidente da Câmara** usou da palavra e sobre a referência do Deputado Paulo Luís sobre a comunicação pública a todos os praienses, disse ser importante separar o facto de não se recandidatar à Câmara Municipal por motivos pessoais e os atos administrativos e políticos do dia doze de junho, sendo estes assuntos manifestamente diferentes, agradecendo que não se misturassem. Quanto à referência de um ato totalitário, diz que o ato da delegação de competências é tão isolada e totalitária tal como o ato da sua retirada, sendo esta uma faculdade e um poder que confere ao Presidente da Câmara o exercício de um poder democrático. Disse que pode querer-se

qualificar e adjectivar como se quer, mas que quando se submete a eleições também se submete à resposta que as pessoas dão nas urnas e quando apurado o resultado, dá-se a tomada de posse com a devida democracia. Neste sentido, rejeita as afirmações proferidas, considerando esta uma forma de atuar dentro daquilo que é a lei de um Estado de direito democrática e de uma lei aprovada em Assembleia da República.-----

----- **O Deputado Paulo Luís** usou da palavra e dirigiu-se aos Vereadores Carlos Armando Costa e Tiago Ormonde, dizendo que na intervenção do Vereador Carlos Armando ainda foi possível aflorar a questão do que realmente se passou, ao contrário da alegada alteração política denotada pelo Presidente da Câmara, perguntado ainda se foi uma situação política interna do PS que fez com que se fossem retiradas as competências. Caso isto se confirme, considera que é de uma gravidade enorme e aí sim, as pessoas não estiveram à altura daquilo que os munícipes os elegeram para tal. De seguida, dirigiu-se ao Vereador Tiago Ormonde e disse reconhecer a coragem de admitir, tal como no comunicado publicado, que o funcionamento da Câmara Municipal era afetado de forma negativa. No entanto, e se esse funcionamento municipal estivesse em causa, disse que deveriam pedir a demissão, até porque poderiam existir outras pessoas com a confiança pessoal e política do Presidente da Câmara para assumir e evitar que se afetasse o funcionamento da Câmara Municipal, apesar de reconhecer a genuína preocupação dos Vereadores do PS. -----

----- **O Vice-Presidente da Câmara** interveio e esclareceu que esta divergência não foi de ordem política, mas sim de opinião pessoal. Em relação à demissão que o Deputado Paulo Luís propõe disse considerar que esta não se justifica porque apesar de não ter a competência delegada, continua a servir os munícipes. Salaria que as pessoas o continuam a procurar e que como bom conhecedor da Câmara Municipal sente que continua a servir os munícipes, ainda para mais faltando pouco para o mandato terminar e que seria desastroso apresentarem a sua demissão agora.-----

----- **O Deputado Válter Peres** interveio para sublinhar que há uma ideia que fica clara, que é o facto de o funcionamento da Câmara Municipal não ser afetado. Disse ainda já ter falado com vários funcionários e revela não ter sentido essa dificuldade. Acrescentou ainda que falou com vários Presidentes de Junta que disseram que o acesso aos Chefes de Divisão estava normalizado e simples. -----

----- **O Deputado Paulo Luís** dirigiu-se ao Deputado Válter Peres para lhe dizer que ele continuava a ter dificuldade em dizer o nome dos vereadores, referindo-os como “alguns”. De seguida, dirigiu-se ao Vice-Presidente da Câmara e disse que lamentava e não colocava em causa a sua disponibilidade, e refere ainda que, consoante o que foi escrito pelos vereadores do PS, esta retirada da delegação de competências afeta o funcionamento da Câmara e se afeta, deve ser resolvido, onde uma possível solução seria os vereadores do PS porem o lugar à disposição a quem o Presidente da Câmara confia pessoalmente e politicamente. -----

----- **O Deputado Francisco Ávila** usou da palavra e salienta que ouviram duas versões do acontecimento de doze de julho, uma em que para o Presidente da Câmara os motivos que levaram à retirada das competências foram razões pessoais e políticas. Mas na opinião dos vereadores presentes, foram apenas e só razões pessoais, o que pelos

vistos, não sabe se concertaram a posição destes dois vereadores porque já assumiram esta situação e estão de acordo entre os dois. Disse que pode concluir é que as razões de âmbito pessoal do cidadão Tibério Dinis, levaram a que se retirassem as competências políticas a vereadores da Câmara Municipal da Praia da Vitória, o que não é admissível que questões pessoais interfiram no normal funcionamento do município. -----

----- **O Vereador Tiago Ormonde** dirigiu-se ao Deputado Paulo Luís e disse que, relativamente à questão da demissão, são cinco vereadores eleitos pelo PS e que se houvesse intenção de delegar competências em alguém haveria mais opções. Disse ainda que não faria sentido da sua parte, até porque foi devidamente eleito, demitir-se, ainda para mais havendo outros vereadores, deixando claro que também não iria fugir das responsabilidades. -----

----- **O Presidente da Câmara** interveio e respondeu ao Deputado Francisco Ávila que cada um tira as conclusões que quiser e, independentemente do que foi aqui dito, nada as iriam mudar. O que garante é que os atos são todos eles políticos e afirma que a discussão da Assembleia Municipal está a ser relacionada com duas circunstâncias: uma com a questão do processo eleitoral do PS que nada interessa à Assembleia Municipal, e outro, todo ele relevante à Assembleia Municipal, que é a gestão da Câmara Municipal e os atos que o Presidente da Câmara toma e decide, e que foi nesse sentido de garantir o funcionamento da Câmara Municipal que deliberou esse despacho. Adiantou que as questões de Proteção Civil e de Saúde Pública foram as mais agilizadas devido à situação pandémica, revelando ainda que conversou com o Presidente da Assembleia Municipal sobre esta decisão, não só pela ligação pessoal que tem com o mesmo, mas sobretudo pela relação institucional. Deu nota ainda do despacho da nomeação do Vice-Presidente, sendo esta também uma faculdade do Presidente da Câmara e que não foi revogada porque é o Vice-Presidente que tem a faculdade de legalmente substituir, se necessário for, perante as instâncias legais, o Presidente de Câmara prevenindo que, caso lhe aconteça alguma coisa, o Vice-Presidente da Câmara garante o funcionamento da Câmara Municipal. Defende que todos os atos e decisões foram tomados para garantir o funcionamento da Câmara. Quanto a tudo o que foi dito sobre os Chefes de Divisão, afirma que na delegação de competências há a entidade que delega e a entidade que aceita, não tendo nenhum Chefe de Divisão colocado qualquer entrave na delegação de competências. -----

----- **O Deputado Francisco Ávila** interveio e constatou que, no seguimento da intervenção do Presidente da Câmara, não refuta que as razões que levaram à retirada das competências são razões pessoais e não políticas, sendo esta a principal conclusão que tira. -----

----- **O Presidente da Câmara** usou da palavra e salientou já está a referir desde o início que as razões são pessoais e políticas, e que o Deputado Francisco Ávila leva a opinião que quiser porque é um direito seu. Adianta ainda que, tratando-se de razões pessoais, também teria revogado os despachos do tempo, o que não o fez, tendo sido mantido o despacho de tempo inteiro a dois dos vereadores, sendo que o outro é votado em reunião de Câmara. Salienta que cada uma faz a análise do debate como o entender. -

----- **O Deputado Paulo Luís** dirigiu-se ao Presidente de Câmara e disse que, de forma pragmática e transparente, houve uma relação causa-efeito onde o efeito foi a retirado de competências aos vereadores e a causa é o que o Presidente da Câmara não aflorou, exigindo que se diga a causa. Em relação à intervenção do Vereador Tiago Ormonde, admite que é verdade que o executivo camarário tenha mais três vereadores, mas o problema não é com esses três, mas sim com outros e se estes é que são o problema para o Presidente da Câmara, onde se afeta o funcionamento da Câmara Municipal, a solução era dar o lugar a outros. Salientou que o Presidente da Câmara inicialmente confiou neles três porque assim optou e veio dizer agora que não confiava neles, e onde é dito pelos vereadores do PS que esta situação afeta a Câmara Municipal e onde só há a solução de se demitirem. Disse ainda que era necessário falar com as pessoas para se perceber que afinal muito têm feito os Chefes de Divisão da Câmara Municipal em assumir responsabilidades que não são deles e que se veem confrontados com situações que não conseguem avançar. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** constatou que o Presidente da Câmara havia feito um despacho para retirar competências, mas que também podia ter retirado tempo inteiro, mas que não fez. Adiantou ainda que os vereadores haviam dito que iam doar os seus vencimentos a instituições de caridade. Posto isto, disse que ainda há algum tempo atrás referiu que tudo isto é uma trapalhada no seio do PS e que se está a refletir na Câmara Municipal o que o concelho da Praia da Vitória merece mais e melhor do que isto na qual a Praia da Vitória não tem que estar refém das trapalhadas internas do PS, nem retidas pelos humores e simpatias entre os elementos do PS. Concluindo também que, num debate que já vai longo onde não se perspetivam mais esclarecimento, lamentava esta situação e esta trapalhada do PS que mergulhou, neste fim de mandato, a Praia da Vitória numa situação de alguma instabilidade e que não é justo que os funcionários da Câmara Municipal tenham que arcar com as responsabilidades de decisões políticas porque lhes foram agora delegadas competências que resultam administrativamente na assinatura de documentos que, por sua vez, materializam decisões políticas. Disse ainda que tudo isto é demasiado nebuloso e que ainda bem que o dia vinte e seis de setembro está próximo para que se possa virar a página e mudar de vida na Praia da Vitória. -----

----- **O Deputado Válter Peres** usou da palavra e disse que se o PS mergulhou em alguma coisa foi no bom trabalho. Sublinhou que as consequências não foram nefastas e que a Câmara Municipal funcionou porque o trabalho estava bem feito e porque tem um grupo de trabalhadores capazes e competentes. Disse ainda que, e uma vez que estão no final do mandato, há um bom legado deixado pelo PS e que se há coisa que o PS fez foi não deixar ninguém para trás, tendo-se resolvido coisas que há muito tempo já deveriam ter sido feitas e onde muitas vezes alguns dos presentes não os apoiaram. Sublinha que, efetivamente, caminham para um final de ciclo e, orgulhosamente, olham para o legado deixado como símbolo de bom trabalho e capazes de dizer “presente” para o que se adivinha no futuro. -----

----- Terminados os trabalhos eram treze horas e trinta e cinco minutos e não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a comparência de todos e

deu por terminados os trabalhos desta sessão extraordinária da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que, depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia. -----

Ass: _____

Ass: _____

—

—